



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo uma notícia divulgada pela imprensa: “Em meados do mês passado, um empregador descobriu que o filho com um ano e meio de idade estava a ser maltratado, há mais de seis meses, pela sua empregada doméstica filipina. O empregador detectou que o seu filho tinha medo da empregada e, em imagens registadas por uma câmara de videovigilância instalada em casa, viu-a a bater na cabeça do seu filho mais de dez vezes. Essa empregada foi detida pela Polícia Judiciária e confessou ter batido várias vezes na cabeça da criança, desde Setembro do ano passado, por não conseguir controlar-se uma vez que estava preocupada com o facto de o marido estar desempregado. Num outro caso recente, descobriu-se que uma bebé apresentava lesões por todo o corpo e até marcas de dentes no peito. Depois de os pais da bebé terem interrogado a empregada, esta confessou ter batido cruelmente na bebé uma vez que esta não parava de chorar. Após o empregador ter denunciado o caso à Polícia Judiciária, a empregada arrumou as coisas e foi-se embora. Quando os agentes da Polícia Judiciária se deslocaram à agência de empregadas domésticas para proceder a investigações, depararam-se com a referida empregada, que estava a tratar de formalidades^{[1]b}. Segundo especialistas e académicos, estes casos demonstram que a legislação vigente não se encontra aperfeiçoada, e os conflitos entre as três partes, ou seja, os trabalhadores não residentes, os empregadores e as agências de emprego, são cada vez maiores. De facto, os referidos casos demonstram que há falhas no regime



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos trabalhadores não residentes. Têm sido frequentes as situações de confusão no mercado de trabalhadores não residentes, e isto deve-se à falta de fiscalização do Governo, o que suscita dúvidas entre a comunidade. Registaram-se vários problemas na aplicação da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes, o que deixa a população bastante preocupada, especialmente os residentes da classe média e da classe mais baixa.

Segundo especialistas, académicos e residentes, em Macau apenas temos os diplomas complementares, nomeadamente, a Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes e a Lei das Relações de Trabalho para regulamentar as empregadas domésticas, não existindo nenhum diploma que regule a credenciação e a formação técnica das mesmas. Há falta de regulamentação das agências de emprego, há boas e más agências, e cada uma delas cobra taxas diferentes, e há situações de confusão no mercado, não sendo possível salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores não residentes e dos empregadores. Segundo esta notícia do ano passado: “A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) afirma que, em breve, vai submeter os projectos de revisão da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes e da Lei das Relações de Trabalho à discussão do Conselho Permanente de Concertação Social e que vai resolver o problema de os visitantes permanecerem em Macau para arranjar emprego. A DSAL tem mantido contactos com os Serviços de Migração e o Gabinete para os Recursos Humanos, a fim de procurar soluções para colmatar as lacunas existentes. Para além disso, a proposta de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

lei de revisão do Regime do licenciamento das agências de emprego já foi submetida ao Conselho Permanente de Concertação Social para apresentação junto dos representantes dos sectores patronal e laboral, com vista à recolha de opiniões até Janeiro do próximo ano. O novo regime propõe a introdução de um orientador de serviço e o aumento de multas em caso de violação da lei, incluindo o cancelamento de licenças^[2]". Em finais do ano passado, o Governo apresentou a proposta de lei de revisão do Regime do licenciamento das agências de emprego. O prazo para apresentação das respectivas opiniões já foi ultrapassado, então, porque é que o Governo ainda não avançou com isso?

— Segundo especialistas e académicos, há que criar um bom ambiente para promover o desenvolvimento saudável do regime dos trabalhadores não residentes, bem como salvaguardar os direitos e interesses das referidas três partes, como, por exemplo, reforçar a fiscalização das agências de emprego, controlar com todo o rigor os requisitos de emissão de licenças dessas agências, por forma a permitir a entrada no mercado de potenciais agências, e as agências de emprego devem prestar apoio aos trabalhadores não residentes e aos empregadores na celebração do respectivo contrato de prestação de serviços e na definição do conteúdo dos serviços, das taxas básicas e do sistema de saída de trabalhadores não residentes. Com a implementação do referido regime será possível controlar, eficazmente, os diversos problemas existentes no mercado de trabalhadores não residentes,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

bem como criar um bom ambiente para promover o desenvolvimento saudável desse mercado.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Muitos residentes queixam-se de que empregadas domésticas indicadas pelas agências de emprego não obedecem às exigências estipuladas na entrevista. Na falta de um diploma que regule a credenciação e a formação técnica das empregadas domésticas, de que planos concretos dispõe o Governo para resolver esta situação? Em finais do ano passado, o Governo apresentou a proposta de lei de revisão do Regime do licenciamento das agências de emprego. Já passou o prazo para a apresentação das respectivas opiniões, então, porque é que o Governo ainda não avançou com isso? Solicito ao Governo que explique isso detalhadamente ao público.
2. Segundo especialistas e académicos, há que criar um bom ambiente para promover o desenvolvimento saudável do regime dos trabalhadores não residentes, bem como salvaguardar os direitos e interesses das referidas três partes, como, por exemplo, reforçar a fiscalização das agências de emprego, controlar com todo o rigor os requisitos de emissão de licenças dessas agências, por forma a permitir a entrada no mercado de potenciais agências, e as agências de emprego devem prestar apoio aos trabalhadores não residentes e aos empregadores na celebração do respectivo contrato de prestação de serviços e na



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

definição do conteúdo dos serviços, das taxas básicas e do sistema de saída de trabalhadores não residentes. Com a implementação do referido regime será possível controlar, eficazmente, os diversos problemas existentes no mercado de trabalhadores não residentes, bem como criar um bom ambiente para promover o desenvolvimento saudável desse mercado. Qual é a opinião do Governo sobre isto?

Referências:

[1] Empregada doméstica maltrata bebé merece a nossa especial atenção. As associações querem a uniformização dos processos de importação de empregadas domésticas. - *Today Macao Daily*, 4 de Abril de 2015.

[2] Colmatar a lacuna de os visitantes permanecerem em Macau para arranjar emprego. O projecto de revisão da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes vai ser submetido à discussão do Conselho Permanente de Concertação Social no próximo ano. - *Macao Daily*, 26 de Novembro de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Mak Soi Kun

27 de Abril de 2015